

## A presença das políticas neoliberais na reforma do aparelho do estado brasileiro

### Resumo

O intuito desta exposição é posicionar as relações sociais no momento de transição e consolidação de determinadas políticas do Estado, as quais, balizadas pelas políticas internacionais, se efetivaram legitimamente perante a população brasileira, cujo alinhamento foi direcionado pelas políticas ditadas pelo Banco Mundial. O movimento de consolidação de vários preceitos determinantes do ordenamento estatal brasileiro, no que se refere ao planejamento das políticas públicas, tem como ponto central de encaminhamento durante as décadas de 1990 e 2000, à reestruturação da economia capitalista mundial, que se consolidou, mediante pacotes de reformas e acordos internacionais, atrelados a empréstimos e condicionantes que determinaram a reestruturação das políticas locais. É nesse sentido que o presente trabalho considera a análise dos procedimentos realizados durante a trajetória histórica das reformulações assumidas pelo Estado brasileiro, o qual equacionou a governabilidade no fortalecimento da economia nacional e das relações externas junto ao mercado capitalista mundial.

**Palavras-chave:** Palavras chaves: Estado, Reforma, Políticas Públicas.

**Angelo Juliano Carneiro Luz**  
Prefeitura Municipal de Caambi  
kaiteangelo@hotmail.com

## Introdução

Este trabalho corresponde às análises realizadas na pesquisa em andamento junto ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) – Pr, cujo objeto de investigação é a construção do planejamento das políticas públicas educacionais brasileiras. Como discente do referido programa, o objetivo é buscar junto as fontes históricas e aos autores da área da sociologia e educação considerações pertinentes à possibilitar a compreensão dos desdobramentos ocorridos nas décadas de 1990 e 2000, no que diz respeito ao movimento imprimido no decorrer da formalização das reformas do Estado e da Educação nesse interstício de tempo.

Nesse sentido, analisar o desenvolvimento histórico das políticas públicas brasileiras e especificamente as relativas à área da Educação é ponto fundamental a qualquer educador do país no exercício político de sua atuação profissional e humana. Pois, na formulação e definição das estruturas econômicas, encontram-se determinações que condicionam as relações sociais e os rumos da política a ser adotada pelo Estado. Ao perceber um rol de finalidades e pontos de convergência e de contradição, a leitura da realidade e a base teórica como estrutura argumentativa, permitem aos educadores o posicionamento crítico e a ação não resignada frente à realidade.

Sendo assim, analisaremos esta fase do desenvolvimento histórico partindo da construção teórica alicerçada nos conceitos e categorias presentes no materialismo histórico, no intuito de promover a compreensão dos fatos subjacentes aos rumos tomados pelo governo brasileiro na definição da reestruturação da política econômica e social do país nas décadas de 1990 e 2000, que trazem em seu movimento as reformas do Estado, tendo como elemento norteador, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE).

Nesse movimento, destacamos a crise do capitalismo ocorrida de forma mais acentuada no final da década de 1980. Esta foi o elemento que exigiu reestruturações no planejamento do sistema, e que, reflete na reformulação da estrutura organizativa das políticas internas dos países que compõem a periferia do capitalismo, entre eles, o Brasil.

No contexto da crise o Estado passou a ser concebido pelo Banco Mundial como harmonizador do mercado, sob a bandeira da livre concorrência dos seus protagonistas. A ação estatal passa a estar a serviço dos mercados, os quais funcionariam por si mesmos, cabendo à intervenção do Estado, apenas, no sentido de corrigir deficiências. Impera a perspectiva de que sua atuação é pautada na convicção de resultados positivos, ou seja, vigora a égide do benefício ao sistema de acumulação do capital. (Banco Mundial, apud PEREIRA, 2010, p. 282).

Portanto, as análises posteriores em relação à adesão do Brasil às reformas do Estado levam em consideração de que não existem novas forças de produção e novas relações de produção a partir do nada, nem caem do céu e nem tampouco do útero da Ideia, como afirmou Marx (2008). Com esse entendimento, é que iremos analisar essa nova roupagem do mundo capitalista, seus reflexos e o movimento que ocorreu em relação à adequação do Estado brasileiro a partir do governo de FHC até a metade do governo Dilma Rousseff, no intuito de compreender o próprio replanejamento da educação nos períodos que se seguem.

### 1 A reforma do estado brasileiro de FHC ao governo Lula/Dilma

As considerações realizadas nesse tópico estão pautadas na análise da reforma do Estado brasileiro na década de 1990, tendo como elemento da análise o PDRAE sancionado pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e coordenado pelo então Ministro da Administração e Reforma do Estado o Senhor Luis Carlos Bresser Pereira.

Primeiramente é importante situar o Brasil em relação a sua soberania, para tanto Silva Júnior (2002, p. 49) nos subsidia nessa reflexão:

... temos um Estado forte no âmbito interno e submisso no plano internacional. O que propunha nosso presidente era a expressão do Consenso de Washington no Brasil, o que, como já dissemos, demanda novas estruturas sociais e uma nova cultura política, daí a necessária reforma do Estado e da administração pública. Assim tal contradição restringia de forma substantiva a soberania nacional...

O autor continua a sua exposição com uma citação de Fiori (1995) sobre a reformulação política brasileira que por sua vez não deve estar simplificada pela análise fragmentada que considera apenas o posicionamento do governo em relação às novas diretrizes que definem as políticas públicas, mas é fundamental que no desenvolvimento do estudo de uma determinada realidade, sejam considerados a existência de outros fatores determinantes em relação às medidas chanceladas pelo Estado, sendo assim vejamos,

... [Consenso de Washinton], matriz do Plano Real e de tantos outros em nível planetário a orientar não só a economia, mas sobretudo, as mudanças sociais e as reformas institucionais brasileiras], hoje de domínio público internacional, refere-se a um plano único de ajustamento das economias periféricas, chancelado pelo FMI e pelo Bird em mais de 60 países de todo o mundo, configurando uma estratégia de homogeneização das políticas econômicas nacionais... (ibid., p. 101)

Mediante a crise econômica que o país passou na década de 1980 o Estado brasileiro encontrava-se diante do desafio de responder e implantar políticas que respondessem aos desafios postos. Encontrava na política econômica mundial o assessoramento necessário ao enfrentamento das demandas do capitalismo vigente, e fez dessa diretriz a sua fundamentação de planejamento.

Um segundo ponto a considerar faz referência à exposição realizada no próprio PDRAE, em relação aos motivos e à diretriz tomada pelo governo brasileiro no enfrentamento da crise e da sua superação:

A reação imediata à crise – ainda nos anos 80, logo após a transição democrática – foi ignorá-la. Uma segunda resposta igualmente inadequada foi a neoliberal, caracterizada pela ideologia do Estado mínimo. Ambas revelam-se irrealistas: a primeira porque subestimou tal desequilíbrio; a segunda, porque utópica. Só em meados dos anos 90 surge uma resposta consistente com o desafio da superação da crise: a idéia da reforma ou reconstrução do Estado, de forma a resgatar sua autonomia financeira e sua capacidade de implementar políticas públicas. (BRASIL, 1995, p. 11)

Nesse sentido percebemos uma contradição nessa exposição, pois, ao considerar uma terceira via de acesso, desconsiderando a segunda como inadequada, pois estava

caracterizada pela forma neoliberal do Estado mínimo, podemos pensar, então, que não ocorreram no Brasil privatizações durante aquele governo e muito menos que a reconfiguração da estrutura de governança não apresentou características que perseveraram na consolidação da eficiência e da qualidade, como sinônimos do desenvolvimento.

Segundo Costa (2006, p. 171) que apresenta as linhas gerais da Reforma do Estado as quais o governo via como inadiáveis<sup>1</sup> entende que o governo FHC alinhou-se ao figurino liberal, assumindo a crise como um excesso de Estado, e se levamos em conta o seu desprendimento em acordar com as determinações presentes no Consenso de Washington essa característica ficou evidente.

Considerando a questão da autonomia financeira e de implementação das políticas públicas dentre outros objetivos das linhas gerais da Reforma, Bresser Pereira apud Silva Junior (2002, p. 63) denomina esse fenômeno de ‘publicização’:

Denominou ‘programa de publicização’ o programa de transformação das entidades de serviços do Estado em ‘organizações sociais’. Essas novas entidades administrativas de serviços públicos seriam ‘entidades públicas não estatais’ ou fundações públicas de direito privado’.

Aqui presenciamos a possibilidade de promover a descentralização e a desburocratização de serviços sociais do Estado em consonância com os objetivos do “Consenso de Washington”, caracterizando a autonomia da gestão e da administração da coisa pública ao setor público não estatal, sobre o qual iremos discorrer com mais detalhes, adiante.

Um terceiro ponto fundamental para embasar a análise, é que a Reforma do Aparelho do Estado diz respeito a “... um escopo mais restrito: está orientada para tornar a administração pública mais eficiente e mais voltada para a cidadania” (BRASIL, 1995, p. 12) ao contrário do que seria a Reforma do Estado que diz respeito a um projeto amplo que envolve várias áreas do governo, bem como o conjunto da sociedade brasileira.

---

<sup>1</sup> As linhas gerais inadiáveis dizem respeito aos objetivos postos pelo governo brasileiro no sentido de ‘resgatar sua autonomia financeira e sua capacidade de implementar políticas públicas’, distribuídas em 5 metas compõem a estrutura do documento do PDRAE. (BRASIL, 1995, p. 11).

Portanto, o que ocorreu neste caso foi um ajustamento na administração e no papel do Estado enquanto responsável pela gestão do público. Com isso,

A Reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. (id.).

Como a estratégia seria desonerar o Estado de suas responsabilidades diretas de execução dos bens e serviços essenciais, essa redefinição, promove a melhoria da eficiência de sua atuação, bem como, a redução de custos com pessoal e folha de pagamento, ou seja, o papel de promotor e regulador vem há permitir esse novo posicionamento.

Como a Reforma foi do aparelho do Estado e não do Estado em si, o documento ainda realiza a diferenciação e a complementação desses dois momentos,

O aparelho do Estado é regido basicamente pelo direito constitucional e pelo direito administrativo, enquanto o Estado é fonte ou sancionador e garantidor desses e de todos os demais direitos. Quando somamos ao aparelho do Estado todo o sistema institucional-legal, que regula não apenas o próprio aparelho do Estado mas toda a sociedade, temos o Estado.” (BRASIL, 1995, p. 41).

Com isso o cunho da reforma não abrangeu o Estado e suas determinações legais, já que a Reforma é do Aparelho do Estado, caracterizando-se apenas o foco em forma administrativa e na distribuição das responsabilidades a ele pertinente, entendendo que a Reforma do Estado sinalizaria a revisão Constitucional e de todos os demais direitos.

Como a Reforma se estruturou ao nível apenas do aparelho do Estado o governo definiu quatro segmentos fundamentais para a atuação do Estado, os quais permitiram o enfrentamento dos problemas pertinentes a implantação de um Estado moderno e eficiente (ibid., p. 40), os quais são eles: Núcleo Estratégico, Atividades exclusivas,

Serviços não exclusivos e Produção de bens e serviços para o mercado. Cada segmento deste possui suas especificidades para a atuação do governo<sup>2</sup>.

Para o que nos interessa, tendo em vista compor e subsidiar a análise do objeto deste trabalho iremos nos deter a seguir com maior rigor nos segmentos relacionados às Atividades Exclusivas e Serviços Não Exclusivos do Aparelho do Estado.

Assim sendo,

**ATIVIDADES EXCLUSIVAS.** É o setor em que são prestados serviços que só o Estado pode realizar. São serviços em que se exerce o poder controverso do Estado – o poder de regulamentar, fiscalizar, fomentar. Como exemplos temos: a cobrança e fiscalização de impostos, polícia, a previdência social básica, o serviço de desemprego, a fiscalização do cumprimento das normas sanitárias, o serviço de trânsito, a compra de serviços de saúde pelo Estado, o controle do meio ambiente, o subsídio da educação básica, o serviço de emissão de passaportes, etc. (BRASIL, 1995, p. 40).

**SERVIÇOS NÃO EXCLUSIVOS.** Corresponde ao setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não estatais e privadas. As instituições desse setor não possuem o poder do Estado. Este, entretanto, está presente porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais, como os da educação e da saúde, ou porque possuem “economias externas” relevantes, na medida que produzem ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços através do mercado. As economias produzidas imediatamente se espalham para o resto da sociedade, não podendo ser transformadas em lucros. São exemplos desse setor: as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus. (ibid., p. 40 - 41).

Para tanto, a reforma ainda reestrutura o conceito de propriedade privada e pública, sendo necessário pontuar o que são essas organizações públicas não estatais e privadas as quais se apresentam como novo ator a compartilhar a execução de determinadas políticas públicas.

Ao analisar essa divisão de tarefas e a reestruturação pertinente ao conceito de propriedade podemos perceber que o objetivo do governo é descentralizar seus serviços, mantendo restritamente como exclusivas as atividades que compõem estritamente a alçada do Estado.

---

<sup>2</sup> Para conhecimento mais detalhado de cada segmento BRASIL, 1995, p. 41-42.

Em relação às atividades não exclusivas – entre elas a saúde e a educação, configuradas como segmentos a serem compartilhados à nível de responsabilidade de elaboração e execução com a sociedade privada, passam a constituir-se como atividades que podem ser comercializadas, porém, situadas em um âmbito caracterizado pela não promoção de lucro direto ao mercado.

Portanto a chamada publicização dos “Serviços Não Exclusivos”, ou seja, o programa de transformação das entidades de serviços públicos do Estado em organizações sociais como vimos anteriormente, possibilita conforme Bresser Pereira, apud Silva Júnior (2002, p. 63), a:

[...] descentralização dos serviços sociais do Estado, de um lado para os Estados e municípios, de outro, do aparelho do Estado propriamente dito para o *setor público não-estatal*. Esta última reforma se dará através da *dramática* concessão de autonomia financeira e administrativa às entidades a serviço do Estado, particularmente de serviço social, como *as universidades, as escolas técnicas, os hospitais, os museus, os centros de pesquisa e o próprio sistema de previdência*. Para isso, a idéia é de criar a possibilidade dessas entidades serem transformadas em “organizações sociais”.

Antes de analisar essa nova proposta é necessário verificar ao que a reforma propõe em relação às “Formas de Propriedade” que,

Ainda que vulgarmente se considerem apenas duas formas, a PROPRIEDADE ESTATAL e a PROPRIEDADE PRIVADA, existe no capitalismo contemporâneo uma terceira forma, intermediária, extremamente relevante, a PROPRIEDADE PÚBLICA NÃO ESTATAL, constituída pelas organizações sem fins lucrativos, que não são propriedades de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público. O tipo de propriedade mais indicada variará de acordo com o setor do aparelho do Estado. (BRASIL, 1995, p. 43).

Assim o próprio documento define que

Já para o setor não-exclusivo ou competitivo de Estado a propriedade ideal é a pública não-estatal. Não é a propriedade estatal porque aí não se exerce o poder do Estado. Não é, por outro lado, a propriedade privada, porque se trata de um tipo de serviço por definição subsidiado. A propriedade pública não-estatal torna mais fácil e direto o controle social,



através da participação nos conselhos de administração dos diversos segmentos envolvidos, ao mesmo tempo que favorece a parceria entre sociedade e Estado. As organizações nesse setor gozam de uma autonomia administrativa muito maior do que aquela possível dentro do aparelho do Estado. Em compensação seus dirigentes são chamados a assumir uma responsabilidade maior, em conjunto com a sociedade, na gestão da instituição. (ibid, p. 43 - 44).

A lógica, portanto, não é conquistar a autonomia do Estado e sim descentralizar a autonomia aos setores que possibilitassem a execução das tarefas que antes se localizavam no âmbito de competência da União. Por outro lado, essas determinações que compõem o ideário inspirado no “Consenso de Washington” posicionam a sociedade civil no plano da nova ordem capitalista em um âmbito de destaque.

Pois o nível de responsabilização da sociedade civil, a qual é designada como novo ator a contribuir na gestão das políticas públicas, possibilita um movimento que engendra a sua participação, contudo na contramão da efetivação de sua presença nos debates e na capacidade de planejar coletivamente, pautada no diálogo permanente com o Estado. A respeito disso nossa análise irá deter-se no próximo tópico com mais detalhes.

Mediante essa nova reestruturação, a Lei n. 9637, de 15 de maio de 1998<sup>3</sup> possibilitou a criação de organizações sociais com caráter de entidades com personalidade jurídica de direito privado. Isso segundo Costa (2006, p. 175), “É um processo de desestatização das áreas de serviços de educação, saúde, meio ambiente, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.” Nesse sentido, segundo a autora, “O mais grave é que o Estado assumiu que a sua função é apenas subsidiar a área social [...]. Essa é uma maneira de transferir os custos e responsabilidades do Estado para a sociedade civil.” (COSTA, 2006, P. 176)

Este apanhado de coisas que se evidenciam no direcionamento norteado pelo Plano Diretor indica a sintetizar que

O governo FHC foi extremamente eficiente na desnacionalização da economia, na redução do número de funcionários públicos do país e na permanência do quadro de desigualdade social. Para a teleologia do mercado, a reforma foi eficiente, já para a área social, não há o que

---

<sup>3</sup> COSTA, 2006, p. 175.

comemorar. Apesar de ser importante melhorar a capacidade de gestão do aparelho do Estado, dar agilidade à administração pública, tal tarefa não pode alterar o quadro social do país de forma isolada. (ibid., p. 179).

Sendo assim, o período ora mencionado cujo relevo fora evidenciado nas linhas anteriores demonstra que o governo na busca da melhoria da administração do aparelho do Estado, criou uma situação que não favoreceu o desenvolvimento das políticas públicas do setor social e conseqüentemente a grande maioria da população não tem uma melhora substantiva no acesso aos bens e serviços públicos de forma a garantir a legitimação dos direitos expressos na lei, o que ocorreu foi o direcionamento dos esforços do Estado em relação a cumprir os objetivos presentes no corolário do Consenso de Washington.

Portanto,

De fato, no período 1994 a início dos anos 2000, o País esteve refém das constantes ameaças de fuga de capital e crises cambiais, bem como das exigências e condicionalidades dos empréstimos do FMI, o que conferiu aos grupos ligados ao mercado financeiro doméstico e internacional um poder extraordinário sobre a condução da política econômica, em detrimento de trabalhadores do setor privado, funcionalismo público e mesmo de outros setores das elites domésticas ligados ao setor produtivo. (TEIXEIRA E PINTO, 2012, p.917-918).

No entanto, no decorrer do processo de reformas imprimidas nos acordos internacionais que envolveram o Banco mundial e a política neoliberal do Estado mínimo, ocorreram alguns fatores, entre eles a crise asiática que condicionaram a reciclagem do programa neoliberal.

Assim, os pactos firmados entre os países latinos americanos e o Banco Mundial, sustentados pelo Consenso de Washington, mesmo constituídos como pilares da agenda política dos países membros, passam por reformulações. Nesse sentido, o ideário a ser perseguido na década de 1990 chegou ao seu fim em abril de 1998, tendo como resultado a apresentação de novos encaminhamentos ditados pela política neoliberal.

Naquele abril de 1998, o então presidente do Banco Mundial James Wolfensohn, em uma reunião da Cúpula das Américas em Santiago do Chile,

decretou o fim do Consenso de Washington, e declarou a necessidade de realizar ajustes nas prescrições feitas em 1989, com o objetivo de remodelar as ações anteriormente firmadas. A tal remodelagem permitiria impor uma nova agenda aos países membros. (PEREIRA, 2010).

Tendo em vista os ajustes realizados no mundo capitalista, seis meses depois foi anunciada perante o Conselho de Governadores do Banco Mundial uma reciclagem das políticas até então adotadas. O lema agora era centralizar o discurso nas áreas da Saúde e Educação Básica.

Contudo, fora anunciada a continuidade das linhas mestras do decálogo do Consenso de Washington, ou seja, as premissas da política neoliberal continuaram presente nas prescrições, acrescentando-se apenas, a necessidade de fortalecer as instituições do Banco Mundial e melhorar a educação primária e secundária. (PEREIRA, 2010).

Essa reformulação advinda das próprias contradições geradas pela atuação do sistema capitalista na América Latina, entre elas, a inquietação em relação ao meio ambiente, o aumento da violência e da pobreza, e os resultados negativos da economia engendraram esse novo posicionamento dos governos em promover as adequações necessárias a preservar os imperativos do capitalismo mundial. (PEREIRA, 2010).

#### Diante deste cenário

Em meados da década de 2000, os imperativos dos mercados financeiros eram assumidos cada vez mais como condições da existência social. [...] Como um dos pivôs desse processo, o Banco seguia com a missão de impulsionar a constituição de uma economia livre e aberta para o capital e a mercantilização da natureza e do conjunto da vida social. (ibid., 464).

Portanto nesse contexto, marcado pela reorganização das políticas neoliberais a partir dos meados dos anos 1990, se impõe uma reformulação no caráter de atuação do Estado, que outrora é conduzido a retirar-se da área social, e agora em um piscar de olhos, passa a se apresentar como parceiro e estimulador das políticas sociais.

Essas foram algumas características que compuseram a reestruturação das relações administrativas do Estado em sua forma de conceber a gerência de suas

atividades, e que no bojo do conceito neoliberal, traz impactos que determinam as estruturas econômicas e sociais provenientes das relações de produção.

Estes acontecimentos ocorreram nos anos precedentes ao Governo Lula, que ao ser empossado Presidente da República em janeiro de 2002, chefia o executivo nacional durante dois mandatos, os quais são marcados pela esperança de milhões de brasileiros em relação ao equacionamento do governo em prol de mudanças significativas no setor social.

Conforme analisa Pereira (2010, p. 379), todos esses elementos que promovem a autonomia do Estado, caracterizam uma despolitização do Estado e cabe ressaltar que,

... o grau de autonomia está diretamente ligado ao grau de estabilidade de um determinado bloco no poder. [...] A luta política assume a forma de um vale-tudo e o controle sobre o Estado passa a ser tão importante quanto – até mesmo condição para – o controle do mercado.

Portanto, cabe frisar que:

Quando o representante de uma determinada fração de classe assume os “centros de poder” do Estado, não significa dizer necessariamente que a citada fração tornou-se detentora, mas ela quase sempre é a fração hegemônica no interior do bloco no poder. A ocorrência desse fato demonstra que as frações dominantes conseguiram impor suas estratégias e objetivos mesmo sem ter de tornar-se uma classe detentora. Em outras palavras, para que uma classe ou fração consiga controlar os centros de poder do Estado, é preciso muito mais do que uma simples vitória eleitoral. (ibid., 2012, p. 921)

Percebemos que existem múltiplas determinações e interesses em jogo que definem as relações internacionais e internas. Nesse sentido é necessário destacar que esse movimento causa reflexos na elaboração do planejamento e desenvolvimento das políticas públicas dos países envolvidos, inclusive as referentes à área da Educação.

Portanto, a ação do Estado está atrelada a condicionantes que incorporam a intervenção dos organismos internacionais, ela não se resume à vontade individual de um governante, pois compõe uma série de premissas compactuadas, bem como os interesses das frações de poder envolvidas, mas não se realiza sem a resistência da classe trabalhadora.

Nesse sentido, utilizando-se das considerações de Moraes e Saad Filho (2011) e Bastos (2012), realizamos alguns apontamentos referentes à condução da política interna brasileira gestada no período de 2002 a 2012, procurando perceber e localizar a maneira como os governos atuaram nesse interstício de tempo em relação às determinações da política externa.

Inicialmente, considerando que o Estado brasileiro manteve-se na linha das prescrições da política externa, principalmente daquelas desenvolvidas pelo Banco Mundial, no governo Lula ocorreu um direcionamento das ações do Estado de forma a moldar uma espécie de ativismo, que conforme Barbosa e Souza, apud Moraes e Saad-Filho (2011, p. 517), é o reflexo de um movimento no interior da totalidade das relações entre a macroeconomia e o posicionamento do bloco de poder:

O desempenho macroeconômico insatisfatório (e, presume-se, a bateria de críticas de antigos aliados) gerou um debate no interior do governo Lula, ao final de 2005, entre a "visão neoliberal" e a "visão desenvolvimentista".

Contudo, o novo governo gestor mantém os programas que já vinham se consolidando no período de FHC e dá mais visibilidade aos mesmos e ao mesmo tempo concentra sua atenção no fortalecimento das questões relacionadas às políticas sociais na incorporação de uma massa de trabalhadores ao acesso do mercado de consumo - que até então, eram excluídos desta fatia da ordem capitalista.

O governo se encontra em um dilema que coloca em choque os interesses privados e públicos, ou seja, o mercado versus o social moderam as formas de gestão e atuação do governo, que sob o imperativo da ordem capitalista vigente ainda tem que elaborar e atender às demandas sociais necessárias à manutenção da vida, bem como equacionar estas ao fortalecimento da economia de forma a equilibrar as correlações de força existentes entre capitalistas e proletários.

Cabe frisar que as medidas relativas à melhoria das condições sociais e à resolução do problema da exploração do trabalho alienado não se resumem a partir de uma ação paliativa consubstanciada no acesso aos bens de consumo, tendo em vista, que tal medida esconde os efeitos negativos das condicionantes macroeconômicas das políticas

vigentes, muito embora as relações de produção e as divisões de classe no interior da sociedade perpetuem-se, pois a prerrogativa da liberalização das economias nacionais e a intensificação da exploração da força de trabalho continuam vigentes. A questão da distribuição da riqueza nesse caso, que depende da distribuição de novos investimentos, nem é considerada. (PEREIRA, 2010).

Apesar do ingresso da maior parte da população no mercado de consumo, as diferenças de classe e a dominação de uma classe sobre a outra não deixaram de existir, pois não ocorreu à divisão da riqueza ativa, nem ocorreu uma nova forma de socialização do trabalho.

Com essa característica percebe-se uma hibridização presente no governo Lula que posicionou a sua ação gestora como um novo desenvolvimentismo, com a manutenção simultânea das prerrogativas da base das políticas neoliberais e as suas condicionantes, que com isso levam ao entendimento de Moraes e Saad-Filho (2011, p. 521) de uma inflexão do governo:

Esse caráter complementar, ou adicional, da inflexão de política econômica no segundo governo Lula não permite considerá-la como uma política novo-desenvolvimentista inteiramente coerente. Apesar dos bons resultados atingidos em termos de crescimento econômico e distribuição de renda, e da melhora do posicionamento do Brasil no sistema capitalista internacional, a inflexão ocorrida a partir de 2006 definiu uma política que pode ser denominada mais apropriadamente como "híbrida", associando políticas macroeconômicas visando à estabilidade monetária e presumindo, implicitamente, o equilíbrio espontâneo dos mercados, com políticas objetivando à aceleração do desenvolvimento e a equidade social mediante um destacado ativismo estatal.

Esse conjunto de ações do governo que permeiam entre as atividades neoliberais e a busca do desenvolvimento da infraestrutura do país, bem como a presente preocupação com as demandas sociais que caracterizam essa inflexão do governo brasileiro na análise de Bastos (2012) que é produzida pela hibridização das políticas intervencionistas do Estado, embora não reduza os objetivos de enxugamento do aparelho do Estado, não promove a redução da presença das políticas neoliberais.

A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo desenvolvimento: a demanda por investimentos em infraestrutura e por recursos naturais abundantes. Os três motores podem ser “turbinados” pela recuperação de encadeamentos produtivos fragilizados e por inovações tecnológicas, desde que o Estado brasileiro dirija adequadamente o desenho de políticas cambial, industrial, de compras governamentais e atração de investimentos externos. A plena realização de qualquer uma das fronteiras de expansão exige uma ampliação do planejamento estatal, mas também o aporte de recursos fiscais. Assim, as necessidades de financiamento das exigências do desenvolvimento econômico e social não são tão facilmente conciliáveis como o uso do termo social-desenvolvimentismo parece insinuar. Então, prefiro um termo que sugere uma harmonia ou uma unidade menos rigorosas, como *desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado*. (BASTOS, p. 796 -797).

O que parece ficar claro é que a ordem capitalista vigente continua mais sobrepujante do que nunca, mudando, reciclando e adequando suas necessidades de manter o sistema ativo e dominante, embora existam algumas variações nos desdobramentos daquilo que sustenta o seu movimento.

A ordem capitalista caracterizada neste início de século como a única via economicamente viável, por sua vez planetária, acaba em não promover as mudanças nas relações econômicas, que porventura levaria a existência de uma ordem mais igualitária, e, o que se apresenta para o momento são as perspectivas de desenvolvimento deste sistema.

Como a totalidade social compreende um conjunto de acontecimentos, os quais na análise do desenvolvimento histórico apresentam, seus significados e múltiplas mediações, e considerando que os encaminhamentos realizados nas políticas públicas brasileiras estão atrelados a esse movimento da totalidade, o governo na condução de sua política interna, se coloca na linha dos condicionamentos da política externa mundial, mediatizados pelo Banco Mundial.

Estando o país na ciranda capitalista, resta aos governantes buscar contrabalancear os seus efeitos, ora liberalizando os mercados, ora desenvolvendo mecanismos mais voltados à melhoria social da população, medidas caracterizadas por uma ‘hibridização’ ao nível econômico, que permitem perceber que existe um distanciamento significativo que possa levar ao rompimento do elo da corrente liberal.

Retomando o decálogo acordado no início da década 1990, portanto focando no que interessa a esta exposição, é que mediante os acontecimentos da década de 2000, percebemos que as medidas adotadas pelos últimos governos mantiveram a coerência interna promovendo na gestão econômica e social do país as situações necessárias a atingir os objetivos presentes no “Consenso de Washington”.

Por outro lado, no rol de medidas adotadas durante os anos do governo Lula e dos dois primeiros anos do governo Dilma o hiato entre a política de fomento do mercado de consumo, a gestão de políticas sociais voltadas ao desenvolvimento humano e as medidas de fortalecimento do setor privado se constituiu em uma tarefa árdua, caracterizada pelas correlações de forças dentro do próprio governo.

O governo se coloca no epicentro da conjuntura estrutural do capitalismo moderno com o fato de existirem facções dentro do próprio governo, que ora vive a pressão constante do setor privado interno e externo, das responsabilidades em subsidiar as necessidades sociais da população, e do desenvolvimento do país de forma a gerar crescimento econômico e desenvolvimento social, concentrando as decisões ao nível de interesse de determinados setores.

Nesse sentido em entrevista a ‘Tribuna da Imprensa’, Carlos Lessa nos dá uma pista fundamental a respeito da lógica da dependência e do comprometimento do país com os organismos internacionais quando cita a fala da presidente Dilma em Davos<sup>4</sup>: “Somos serventuários do Consenso de Washington”. E ele conclui dizendo “Continua a pressão contra o Brasil e ela está preocupada em dizer que estamos nos comportando bem.”

As décadas de 1990 e 2000 e os dois primeiros anos da década de 2010 nos apresentam como resultado as privatizações de algumas estatais, a adesão do governo à política de contratação das prestadoras de serviços, objetivando as desonerações nas

---

<sup>4</sup> Fórum Econômico Mundial de Davos é um arauto da globalização que reúne anualmente lideranças da economia mundial. O Fórum é promovido por uma fundação suíça com caráter de consultoria da ONU. O encontro nesse ano aconteceu entre os dias 25 e 30 de janeiro. Fonte Folha Online, disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/davos\\_anti\\_davos-forum\\_economico\\_mundial.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/davos_anti_davos-forum_economico_mundial.shtml)> Acessado em 28 mar. 2014.



folhas de pagamento dos serventuários do setor público, as medidas provisórias, já que não ocorreu uma reforma constitucional do Estado.

Ainda, em virtude da adequação aos imperativos expressos no PDRAE, ocorreu a descentralização dos serviços públicos antes de responsabilidade da União, para os Estados e Municípios e setores públicos não estatais, promovendo a desburocratização do Estado e o seu alinhamento as condicionantes do sistema capitalista. Infelizmente o que seria imprescindível não ocorreu, o desenvolvimento humano igualitário como resultado de uma nova estratégia de governança.

### Considerações finais

Os números que se apresentam e as análises realizadas pelos críticos do setor demonstram que as desigualdades permanecem. Talvez o acesso aos bens de consumo tenha propiciado a milhões de brasileiros a possibilidade de aquisição de mercadorias. Portanto, o Brasil ainda carece de melhorias nas condições de acesso da população aos serviços essenciais que proporcionem melhores condições de vida, bem como o acesso a educação igualitária.

Posto isto, o que percebemos é que, o sistema do capital, engendra uma política tão esquemática que apesar da rotatividade dos governos a sua essência não é abalada, pois os condicionantes e objetivos delineados são perseguidos incessantemente. A estrutura descrita por Marx há mais de um século e meio continua imperando na forma da expropriação do trabalhador do modo de produção tendo a exploração de sua força de trabalho como fundamento da mais valia. (NETTO e BRAZ, 2007).

## Referências

- BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Rev. Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, dez. 2012, p. 779-810. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/05%20Economia%20e%20Sociedade%20Especial%20Artigo%203.pdf> Acesso em: 12 mar. 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O governo Dilma frente ao "tripé macroeconômico" e à direita liberal e dependente. **Rev. Novos Estudos**, São Paulo, CEBRAP n. 95, mar. 2013, p. 5 – 14. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n95/01.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2014.
- BORÓN, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In. SADER, E. (org). **Pós – neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- BRASIL. CÂMARA DA REFORMA DO ESTADO. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.
- COSTA, L. C. da. **Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.
- COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- CURY, C. R. J. **Educação e contradição**. 4 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da História**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- LESSA, C. F. T. M. R. de. Brasil econômico. **Tribuna da Internet**, 18 fev. 2014. Disponível em: <<http://tribunadaimprensa.com.br/?p=80991>> Acesso em: 11 mar. 2014.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 1. reimp. São Paulo: Martin Claret, 2008 (Col. A obra prima de cada autor).
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista Economia Política**, vol. 31 n. 4. São Paulo, Oct. Dec. 2011, p. 507 - 527. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572011000400001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572011000400001&script=sci_arttext)>  
Acesso em 11 de mar. 2014.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944 – 2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SILVA JUNIOR, J. dos R. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Rev. Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, número especial, dez. 2012, p. 909 – 941. Disponível em:  
<<file:///C:/Users/usuario/Downloads/10%20Economia%20e%20Sociedade%20Especial%20Artigo%208.pdf>> Acesso em: 11 mar. 2014.